

# BIOGRAFIA DE UM MAPA: A TRAJETÓRIA DO PRIMEIRO MAPA IMPRESSO DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1835-1842).

*A map biography: the trajectory of the first printed map of the São Paulo Province (1835-1842)*

**José Rogério Beier<sup>1</sup>**

**<sup>1</sup>Universidade de São Paulo – USP**

Departamento de História - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 – Cidade Universitária – São Paulo/SP, Brasil – CEP: 05508-900  
[rogerio.beier@usp.br](mailto:rogerio.beier@usp.br)

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo acompanhar a trajetória da produção do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo (1841)*, primeiro mapa impresso da então província que, àquela época, ainda incorporava o atual estado do Paraná. Através de documentos levantados principalmente no Arquivo do Estado e no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, reconstitui-se toda a linha de produção do mapa, desde a sua encomenda (1835), passando por detalhes de seu desenho (1836-1837) e ordem de impressão na França (1841), até chegar-se à apresentação das cópias já impressas aos deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo (1842). A partir dessa reconstituição, busca-se explicitar os contextos técnicos e sociais da produção, circulação e consumo do mapa no âmbito da criação das Assembleias Legislativas Provinciais pelo Ato Adicional, de 1834.

**Palavras chaves:** Cartografia Histórica, São Paulo, Daniel Pedro Müller.

## ABSTRACT

This paper aims to track the production trajectory of the *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo (1841)*, first printed map of the province which, at that time, still has the actual state of Paraná incorporated to its territory. Through documents researched mainly in the *Arquivo do Estado de São Paulo* and *Acervo Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, it was possible to reconstruct all the production line of this map, since its ordering (1835), going through details of its design (1835-1837) and the order to print it on France (1841), until it gets its copies submitted to the representatives of the São Paulo Legislative Assembly (1842). Therefore, from this reconstitution, this paper aims to explicit the technical and social contexts of the production, circulation and consumption of the map within the creation of the Provincial Legislative Assemblies, by the Additional Act, of 1834.

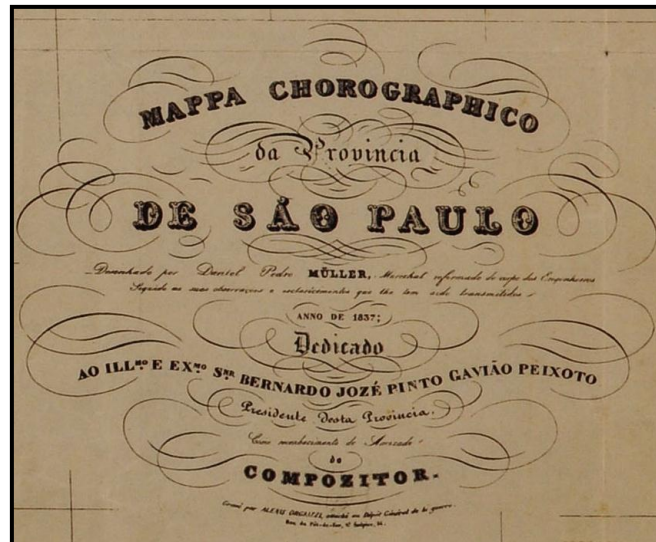
**Keywords:** Historical Cartography, São Paulo, Daniel Pedro Müller.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte integrante de uma pesquisa de mestrado que vem sendo desenvolvida desde o princípio de 2012 junto ao programa de pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O principal objetivo deste trabalho é, partindo da documentação administrativa mantida no Arquivo Público do Estado e no Acervo Histórico da Assembleia Legislativa de São Paulo, reconstituir a trajetória de produção do *Mappa Chorographico da Província de São Paulo (1841)* no período decorrido desde a sua encomenda, em 1835, até a apresentação de suas cópias aos deputados da Assembleia Provincial, em 1842. Neste sentido, busca-se estudar os contextos técnicos e sociais da produção, circulação e consumo do mapa, entendendo-o tal como propõem Ulpiano Bezerra de Meneses, não como mera abstração, mas como “*coisas materiais, [que] constituem objetos físicos, artefatos*”. (MENESES, 2005, p. 51).

Portanto, seguindo a proposta de Meneses, se o mapa é, antes de mais nada, um objeto tridimensional (e não somente uma abstrata projeção de três dimensões num plano), ele está imerso na vida social e em suas contingências, sendo também possível traçar-lhe uma biografia (MENESES, 2005, p. 52).

Ao utilizar mapas como fonte de pesquisa histórica é bastante comum que se inicie o trabalho a partir do próprio mapa em si, isto é, fazendo uma análise minuciosa de cada detalhe da carta analisada. No caso específico do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, há um cartucho bastante rico em informações indicando, não apenas o título do mapa, mas também seu autor e ocupação, *Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos Engenheiros*; o ano em que foi desenhado, 1837; a quem foi dedicado, o *Ilmo. e Exmo. Sr. Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Presidente desta Província*; e o local onde foi impresso, nas oficinas de *Alexis Orgaizzi, em Paris*.



**Figura 1:** Detalhe do cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.  
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

No entanto, para além do cartucho, mais informações podem ser obtidas através de uma observação mais detida de outras partes da carta, como por exemplo, qual projeção foi utilizada por Müller, que escala adotou em seu mapa, qual foi o meridiano escolhido como referência, ou ainda, como optou por fazer as representações hidrográficas, da rede viária e a rede de freguesias, vilas e cidade da província. Pode-se também analisar aquilo que não foi representado ou omitido em sua carta, como por exemplo, os aldeamentos indígenas próximos às vilas e cidades, ou ainda, a grande população de grupos indígenas não aldeados que viviam esparsos pelo território da província de São Paulo. Assim, vê-se que um mapa fornece excelentes indícios não apenas de si próprio, mas também do cartógrafo que o produziu e da sociedade da época que aparece representada nas diferentes camadas de significados impregnadas em sua folha. Como bem aponta o historiador britânico J. B. Harley, “*todos los mapas están relacionados con el orden social de un período y un lugar específicos*”, isto é, através de uma metodologia própria, deve-se buscar compreender o que o mapa significava para a sociedade que o fez e o utilizou pela primeira vez. (HARLEY, 2005, p. 72).

Destarte, entende-se que análise do objeto cartográfico como fonte documental, juntamente com a investigação dos indícios suscitados por esta análise em fontes documentais complementares, resultará em uma compreensão mais aprofundada da sociedade da época em que este mapa foi produzido.

## 2. O MAPA E A SUA ENCOMENDA

De início, buscou-se compreender qual razão teria levado Müller intitular seu mapa como *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, isto é, o que o termo “*Chorographico*” teria a dizer a respeito do mapa e qual razão fez com que seu autor preferisse este termo ao invés de outros, como *Mapa Geográfico* ou simplesmente *Mapa da Província de São Paulo*? Para responder tais questões, recorreu-se ao *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*, publicado por Rafael Bluteau entre os anos de 1712 a 1728, a fim de verificar-se a definição do termo *Corografia* tal como este era compreendido na primeira metade do século XVIII.

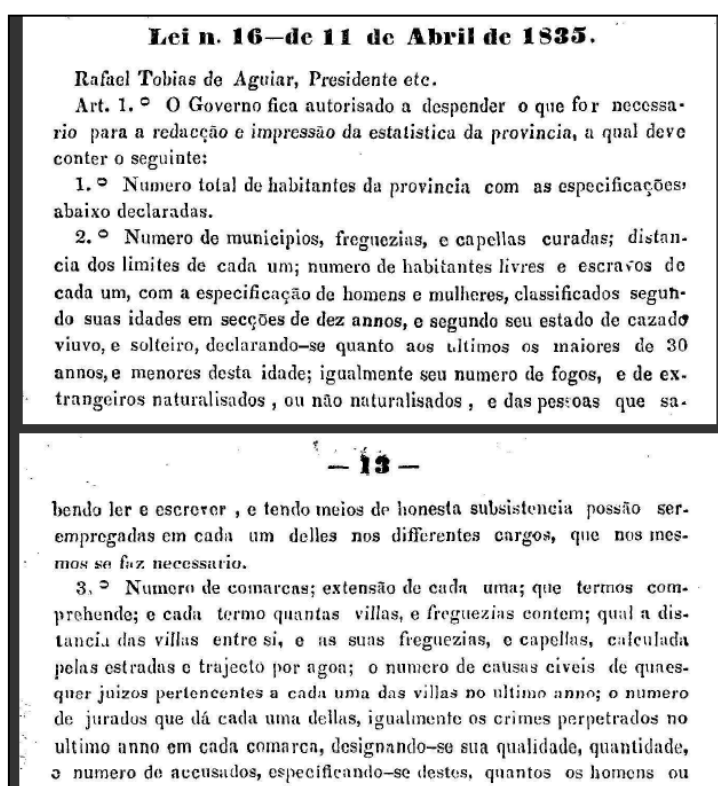
*“COROGRAFIA, Corografia, ou Topografia, que no primeyro vocábulo, Cora, em Grego, quer dizer Região, & no segundo, Topos, quer dizer Lugar, & em ambos, Graphi significa Descrição. He pois Corographia, descrição de qualquer lugar, pays ou Região particular e nisto differe Corographia de Geografia, que assim como a pintura de um homem, com todas as partes e proporçoens de membros, he differente da pintura de um braço sómente, ou de qualquer outra parte separada. Assim, a geografia he como huma pintura de toda a terra com suas partes, e demarcaçoens, & a Corographia trata somente de alguma terra em particular, sem ordem nem respeito às outras, empregando-se mais nos accidentes, & qualidades da terra, como são portos, quintas, edificios, &c”.* (BLUTEAU, 1712-1728, v2, p. 556).

Outro dicionário, publicado em 1832, data mais aproximada da publicação do mapa de Müller, reitera a definição que se encontrou em Bluteau: “*Corographia – s.f. Descrição de huma terra em particular*”. (PINTO, 1832, s/p). Atualmente, Céurio Oliveira, em seu Dicionário Cartográfico publicado em 1980, ainda apresenta uma definição semelhante para o vocábulo *Corografia*, embora destaque que o termo tenha ficado “*obsoleto por seu caráter apenas descritivo*”. (OLIVEIRA, 1980, p. 89).

Portanto, pelo que se verificou, o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* recebeu este nome, pois o objetivo que se pretendia para ele era descrever uma região específica do Brasil, nomeadamente, a província de São Paulo, e não o conjunto de todo o país.

Deste modo, após breve análise do mapa, encontraram-se alguns indícios que permitiriam a verticalização da pesquisa, tais como o marco temporal da produção (por volta de 1837), dois personagens (Müller e Gavião Peixoto), a cidade de edição do mapa (Paris) e outras informações que serviram de base para pesquisar detalhes sobre a encomenda do mapa em acervos históricos de arquivos que mantém a documentação administrativa da Província de São Paulo.

Pesquisando tais acervos em busca de leis promulgadas a partir do ano de criação da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, 1835, até o ano em que o mapa foi desenhado, 1837, verificou-se que logo nos primeiros meses de funcionamento da Assembleia Legislativa paulista, foi aprovada a lei n.º 16, de 11 de abril de 1835, onde se decretava a “*redacção e impressão da estatística da provincia*”. (SÃO PAULO, Lei n. 16, de 11 de abril de 1835).



**Figura 2:** Trecho da Lei n. 16 que decreta redação e impressão da estatística provincial de São Paulo.

Fonte: Acervo Histórico – Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Como se pode observar, o texto da lei descrevia exatamente o que deveria constar na estatística a ser levantada, muito embora não houvesse referência alguma a quem deveria redigi-la ou, ainda, especificasse que junto com ela se deveria produzir um mapa provincial.

Contudo, analisando os *Anais da Assembleia Legislativa Provincial* dos anos de 1835 e 1836, constata-se que no discurso de abertura das sessões ordinárias da Assembleia, aos sete de janeiro de 1836, o então presidente da província, José Cesario de Miranda Ribeiro expõe aos deputados da dita Assembleia o estado dos trabalhos referentes à estatística que havia sido encomendada pela lei do ano anterior:

“*Era evidente o excellente resultado que havia de trazer ao governo a realização de uma estatística levantada de accôrdo com a lei provincial de 11 de abril de 1835. Foi incumbido deste serviço o marechal Daniel Pedro Müller, aguardando-se a conclusão dos trabalhos para serem presentes ao Poder Legislativo as informações seguras sobre muitos e diversos ramos da pública administração*”. (EGAS; MELLO, 1926, p. 415).

Constata-se aqui que já aparece o nome de Daniel Pedro Müller como responsável pelo levantamento da estatística, ainda que sem nenhuma menção ao mapa. Mas dois anos depois, aos sete de janeiro de 1838, no discurso de abertura das sessões ordinárias da Assembleia Provincial, o então presidente da província, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, dá a seguinte notícia aos deputados ao falar sobre a estatística:

*“As memorias e quadros organizados pelo marechal Daniel Pedroso (sic) Müller, já se acham na typographia, e espero que cheguem a vossa presença no decurso da presente Sessão, menos o grande mappa Chorographico da Provincia porque o mandei lytographar em França, por não ser possível conseguir este trabalho com perfeição e preço rasoável dentro do Império”.* (EGAS, 1923, p. 63).

Assim, embora a lei n.º 16 que acabou por encomendar a redação e impressão da estatística da província não faça menção alguma ao desenho de um mapa corográfico, é possível afirmar que tanto a confecção do mapa como a produção da estatística foram encomendadas em conjunto pela Lei n.º 16. Mais que isso, o discurso do presidente Bernardo José Pinto Gavião Peixoto revela que, o fato de o mapa ter sido enviado a Paris para ser “*lytographado*”, foi o que determinou que o mesmo não se publicasse junto com a estatística que, por sua vez, já estava na tipografia e acabaria sendo publicada ainda naquele mesmo ano de 1838 com o título de *Ensaio d’um quadro estatístico da provincia de S. Paulo*. Segundo Gavião Peixoto, o mapa foi mandado a França por motivo técnico e econômico, isto é, não se conseguia fazer bem o trabalho no Brasil àquela época e, além disso, era mais barato mandá-lo imprimir em França.

Esclarecidas as questões relacionadas à encomenda do mapa, isto é, quem o encomendou, quando se deu a encomenda e a quem o desenho da carta havia sido encomendado, cabe entender um pouco mais sobre quem é o autor do mapa e por que a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo decidiu encomendar a confecção desta carta justamente a este engenheiro militar.

### 3. SOBRE O AUTOR DO MAPA: DANIEL PEDRO MÜLLER

“*Daniel Pedro Müller, Marechal reformado do corpo dos engenheiros*”, tal como aparece descrito no cartucho do mapa, é um personagem cuja trajetória é difícil de ser traçada, pois muitas informações contraditórias a respeito de sua vida e obra são encontradas nos dicionários, enciclopédias, perfis biográficos e diversos trabalhos bibliográficos dedicados à trajetória desse engenheiro militar.

Nascido em Oeiras, próximo a Lisboa, aos 26 de dezembro de 1785 (AHM. Cx. 693, D-1-6-38, D1-7-45-48, D1-7-9-5), era filho de Ana Isabel Müller (1757-1797) e João Guilherme Cristiano Müller (1752-1814). Em 1795, assentou praça como cadete do regimento de artilharia da corte, tendo cursado as aulas da Real Academia de Marinha, da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho até o ano de 1801. (AHM, maço n.º 1, processo 58). Vale apontar que, embora muitos biógrafos de Müller afirmem que ele cursou a cadeira de Matemática do Real Colégio dos Nobres, tal informação não se verificou após consulta realizada nos acervos portugueses que guardam a documentação referente a este Colégio.

Ainda não tinha completado dezessete anos quando, em 1802, foi enviado pela Coroa a capitania de São Paulo como capitão de infantaria agregado à primeira plana da corte (SANTOS, 1965, p. 48). Nesta cidade exerceu a função de ajudante de ordens do então governador e capitão general, Antônio José da França Horta, até o ano de 1811, quando acabou o mandato deste governador e passou, então, ao Real Corpo de Engenheiros por decreto de 24 de julho daquele ano. (LAGO, 1928, p. 24).

Entre 1811 e 1822, período que permaneceu em São Paulo, realizou diversas obras como a estrada do Piques (atual Rua da Consolação), a ponte do Carmo e a pirâmide e chafariz do Piques, em 1814 (atual Largo da Memória, no Anhangabaú). Além disso, também destaca-se de sua obra “*o magnífico aterrado, que vai de Santos a Cubatão em distância de duas léguas, todo sobre um terreno de ambos os lados alagadiço*”. (SERQUEIRA, 1841, p. 542). Na área da cartografia, segundo Sousa Chichorro, somente no ano de 1815 Müller foi designado a levantar um para a comarca de Curitiba e Campos de Guarapuava, além de uma carta geográfica e estatística da capitania de São Paulo “*a imitação do de Mr. Le Sage*”. (CHICHORRO, 1873, p. 208).

Tendo sido aclamado pelo povo e tropa em 23 de junho de 1821, Daniel Pedro Müller foi membro do governo provisório da Província de São Paulo. (MARQUES, 1954, p. 212).

Após sair de São Paulo, já como brigadeiro, em 1825 participou da guerra movida pelo Império do Brasil contra Buenos Aires, tendo sido enviado a Montevidéu, onde atuou como ajudante-general e comandante da praça. (SERQUEIRA, 1841, pp. 542-543). Tão logo a paz foi restabelecida, regressou ao Brasil, onde assumiu o comando da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, permanecendo nesta cidade até a obtenção de sua reforma do serviço militar. (SYLLOS, 1978, p. XIV). Sua reforma foi concedida após solicitação e veio através do decreto de 01 de junho de 1829, tendo se reformado no posto de marechal de campo. (LAGO, 1938, p. 24).

Tão logo obtém sua reforma, retorna a São Paulo, onde é bem recebido e a administração provincial passa a lhe encomendar diversos trabalhos. Em 1835, recebe da Assembleia Legislativa da Província de São Paulo, a

encomenda de organizar uma estatística e um mapa provincial. Em seguida, segundo o *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*, Müller se torna membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro assim que este foi fundado no Rio de Janeiro, em 1839. Desde então, recebeu diversas condecorações e passou a escrever *catecismos* em diversos ramos do conhecimento, tais como: *Princípios de Grammatica da língua portugueza*; *Cathecismo da religião Christã*; *Cathecismo de Arithmetica*; *Cathecismo de Geographia*, *Cathecismo de Mythologia* e o *Cathecismo de História Natural*, todas eles oferecidos ao Instituto Histórico. (SACRAMENTO BLAKE, 1898, pp. 160-161).

A data de seu falecimento é motivo de alguma confusão até hoje. Em 1879, Azevedo Marques publicou em seus apontamentos que o marechal Müller teria falecido em 01 de agosto de 1842. (MARQUES, 1954, pp. 212-213). Por conta disso, muitos autores que basearam seus perfis biográficos nas informações de Azevedo Marques, tais como Affonso Taunay, Eugenio Egas e Antônio Barreto do Amaral, por exemplo, repetiram acriticamente a informação de que Daniel Pedro Müller teria morrido em 01 de agosto de 1842. Até mesmo trabalhos recentes, como a tese de doutorado de Airton José Cavenaghi, incorrem no mesmo erro (CAVENAGHI, 2004, p. 75).

Para dirimir quaisquer dúvidas, verificou-se que em ofício datado de 08 de janeiro de 1842, o então presidente da província solicitava ao secretário da Assembleia que fosse apresentado aos deputados o mapa desenhado por Müller:

*“De ordem do Exmo. Sñr. presidente da Provincia tenho a honra de passar ás mãos de V. S., para que se digne apresentar á Assembléa Legislativa Provincial um exemplar do Mappa Chorographico d’esta Provincia, desenhado pelo fallecido marechal Daniel Pedro Muller, e mandado gravar em Paris pelo Governo da Provincia. [...]”*. (AH-ALESP, “Ofícios”, caixa 396, n.EE42.022).

Como se pode ver, o ofício informa que quando finalmente foi apresentado aos deputados, em janeiro de 1842, Daniel Pedro Müller já havia falecido e, portanto, a informação de Azevedo Marques – e todos os autores que seguiram em sua esteira – estava equivocada. A questão agora seria identificar quando e como teria morrido Daniel Pedro Müller.

Perseguindo este objetivo, verificou-se que o Diário do Rio de Janeiro, em sua edição de número 193, de 30 de agosto de 1841, publicou uma *“Necrologia do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller”*, de onde destaca-se:

*“(...) O Sr. Marechal Muller, cujo nome só por si se recommenda ao amor, respeito e veneração de todos os Brasileiros, e de muitos illustrados estrangeiros, já não existe! A inexorável parca, ávida de optimos despojos, descarregou com o fatal gume sobre a teia de tão preciosa vida o tremendo golpe!”*

*“Assim, uma vida toda consagrada ao serviço público por uma serie de factos honrosos, uma existência toda de intelligencia e saber, eis quanto essa tyranna cortou sem piedade, sem esperança e sem retorno, no dia 1.º de agosto de 1841, pelas cinco horas da tarde na cidade de S. Paulo”*. (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1841, p. 2).

Mais do que a data da morte, o necrológio nos dá também informação do horário aproximado em que esta teria ocorrido. Segundo os documentos mencionados acima, Daniel Pedro Müller morreu, portanto, em 01 de agosto de 1841, por volta das 17 horas. Contudo, a causa de sua morte ainda é um tanto nebulosa.

Em *Aviso* datado de 18 de agosto de 1841, José Clemente Pereira, então ministro da Guerra, dirige-se ao presidente da Província de São Paulo da seguinte maneira ao tratar da morte de Daniel Pedro Müller:

*Aviso de 18 de agosto de 1841, em resposta do ofício desta presidência sob nº 137 de 6 do mesmo mês.*

*Ilmo. e Exmo. Sr. – Levei à Presença de Sua Magestade O Imperador o ofício sob nº 137, de 6 do corrente mês em que V. Ex<sup>a</sup>. participa o lastimoso fim do Marechal de Campo reformado Daniel Pedro Müller; cuja perda, por uma maneira tão deplorável, muito sensibilizou o Paternal Coração do Mesmo Augusto Senhor. E respondendo a outra parte do citado ofício, em que V. Ex<sup>a</sup> pondera a falta que faz ao serviço público da Província de São Paulo tão bom servidor do Estado; comunico a V. Ex<sup>a</sup>., que nesta data se expedem as convenientes ordens para que o 1º Tenente de Engenheiros Manuel José de Araújo parta quanto antes, a apresentar-se a V. Ex<sup>a</sup> – Deus Guarde a V. Ex<sup>a</sup> – Palácio do Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1841 – José Clemente Pereira – Sr. Presidente da Província de São Paulo”*. (MARTINS, 2003, pp. 478-479).

Não só neste *Aviso*, mas também em outras obras e documentos, assinados por diferentes autores, a causa da morte do marechal Müller, sempre que mencionada, vem acompanhada de adjetivos como *“trágica”*, *“lastimosa”*, ou *“deplorável”*. Tal incômodo, talvez, deva-se ao fato de Müller provavelmente ter cometido suicídio por afogamento no rio Pinheiros, que corria junto à sua propriedade.

Sobre este assunto, verificou-se que, Antônio Barreto do Amaral, ao pesquisar as origens do bairro de Pinheiros, encontrou uma informação de que Daniel Pedro Müller viveu naquele bairro na primeira metade do século XIX, tendo sido proprietário de uma chácara que “cobria mais de 400 mil metros quadrados, denominada *Água Branca*”. (AMARAL, 1985, p. 60). Para obter tal informação, Amaral informa que utilizou-se de um artigo de Francisco de Assis Carvalho Franco, intitulado “*Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller*” que, por sua vez, contém nada menos do que a transcrição da íntegra do inventário de Müller.

Segundo este inventário, “*Müller estava individado pelo facto da publicidade das suas obras*”. De acordo com apontamentos do próprio marechal neste documento, ele devia 1:500\$000 a Antônio da Silva Prado; 980\$000 a um Sr. Antônio Barbosa; 190\$000 ao Sr. Francisco José de Azevedo e 600\$000 ao Sr. Tobias, que era ninguém menos que Rafael Tobias de Aguiar, presidente da Província de São Paulo de agosto de 1840 a julho de 1841. (FRANCO, 1939, p. 30). Somente com os valores que aparecem listados no inventário, constatamos que as dívidas de Müller perfaziam um total de 3:270\$000. A título de comparação, os escravos arrolados no mesmo inventário (dezesseis ao todo) foram avaliados entre 525\$000 e 300\$000 cada, para os adultos.

Vale destacar que, como tentativa de levantar dinheiro para saldar suas dívidas, Müller adotou uma estratégia que acabaria afundando-o ainda mais, como ele mesmo descreve:

*“Por ultimo convem notar que quando eu vi que devia ao Sr. Barbosa 400\$000 e ao Sr. Tobias 600\$000 foi quando me dei ao trabalho de fazer os meus trabalhos literários de que contava lucro, pois nunca desejei empenhar-me, eis senão quando o Faria, sem calculo, vai mandando imprimir a obra, eu fiquei alcançadissimo, por falta de meios delle procedentes, queria nisso obsequiar-me, é o que julgo, para depois de completo tudo para se indemnizar. (...) Eis ahi como ocorreu a minha desgraça, desejando fazer bem a minha casa, fiz tanto mal!!!”*. (FRANCO, 1939, p. 30).

Assim, a morte de Daniel Pedro Müller, designada pelo ministro da Guerra como “*lastimosa*” e ocorrida “*de maneira tão deplorável*”, tendo “*consternado*” o coração de D. Pedro II, teria se dado por afogamento, tendo o corpo sido encontrado junto à ponte rio Pinheiros, tal como informa Nuto Sant’Anna. (SANT’ANNA, 1952, p. 66).

Müller deixou seis filhos, sendo cinco mulheres e um homem, todos de seu primeiro casamento, com Gertrudes Maria do Carmo. (FRANCO, 1939, p. 29).

Para finalizar este breve perfil biográfico, cabe destacar as grandes transformações políticas ocorridas em São Paulo e testemunhadas por Müller desde sua chegada, em 1802, quando ainda era um agente da Coroa em uma capitania periférica da colônia portuguesa na América, até o momento em que passou a produzir seus trabalhos mais significativos, trinta e cinco anos mais tarde (1837-1838), em uma São Paulo que se tornara província de um país independente. País este que, desde a abdicação de D. Pedro I, em 1831, passou a ser governado por regentes, que viam na concessão de relativa autonomia administrativa às elites locais de cada província, uma boa estratégia para evitar a fragmentação do país. Eis, de modo bastante resumido, o contexto político que marcou decisivamente a produção do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.

#### 4. NECESSIDADE DE SE IMPRIMIR NOVOS MAPAS

Nos Anais da Assembleia Legislativa Paulista para o ano de 1835, foi registrada a informação de que na 8ª sessão ordinária, realizada em 11 de fevereiro daquele mesmo ano, foi lido o seguinte parecer:

*“A Comissão de Commercio e Industria e Trabalhos Publicos á vista da representação do Cap. João M. de Miranda Rezende em que indica os pontos de direcção que se deve tomar para a abertura das estradas para Goyaz e Cuiabá não pôde dar um parecer por falta de Mappa Provincial, por isso é de parecer se pessa ao Governo um Mappa da Provincia para a vista delle fundar as suas razões de conveniência, e satisfazer com seu parecer”*. (EGAS; MELLO, 1926, p. 54).

Portanto, uma representação enviada a campo para dar seu parecer sobre quais seriam os melhores pontos para a construção de estradas em direção a Goiás e Cuiabá, se diz impossibilitada de fazê-lo por não possuir um “*Mappa Provincial*”. Para solucionar o problema, a representação solicita, por fim, que a Assembleia envie o referido mapa para que se possa dar um parecer definitivo. Dias depois, aos 17 de fevereiro de 1835, durante a 11ª sessão ordinária da Assembleia, o secretário lê um ofício enviado pela Secretaria de Governo em resposta a esta solicitação:

*Apresentei ao Exmo. Sr. presidente o officio de V. S. datado de 14 do corrente, em que communica haver a Assembléa Legislativa Provincial resolvido que se pedisse ao Governo hum mappa da Provincia para á vista delle a Comissão de Industria, Commercio e Trabalhos Publicos emitir a sua opinião sobre os negócios commettidos ao seu exame; e S. Exc. Ordenou que enviasse o único mappa que há na Secretaria deste Governo pedindo a restituição delle logo que for possível*. (EGAS; MELLO, 1926, p. 63).

Entre os anos de 1835 a 1842, período recortado neste trabalho, há uma série de ofícios e pareceres semelhantes a estes registrados nos *Anais da Assembleia Legislativa de São Paulo*. Tais documentos revelam que os mapas provinciais tinham um uso bastante prático, sendo enviados a campo para orientar representações de engenheiros e pessoal técnico na construção e/ou manutenção de obras públicas, tais como estradas ou pontes. Além disso, sabe-se que os mapas provinciais anteriores ao produzido por Müller, em 1837, eram todos manuscritos e, como o documento acima deixa claro, o número de cópias era bastante limitado, ficando estas guardadas nas secretarias do governo provincial. Havia, portanto, a necessidade de se fazer um mapa impresso da província para que, através de sua matriz, fosse possível fazer muitas cópias e, além disso, quando necessário, garantir futuras reimpressões.

Outro aspecto que colabora para a compreensão do por que a Assembleia Legislativa estava encomendando a produção de um mapa provincial impresso, é o próprio contexto político das Reformas Liberais ocorridas no Brasil logo após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, especialmente a relativa autonomia conferida às elites dirigentes regionais pelo Ato Adicional de 1834. A criação das Assembleias Legislativas Provinciais, delegou à elite de cada província parte do poder tributário, coercitivo e legislativo a ser exercido na região, transformando a natureza dos poderes locais em relação ao Rio de Janeiro. (DOLHNIKOFF, 1993, p. 10).

Fazendo uma análise comparativa, em artigo no qual discorre sobre a construção do Estado nacional espanhol no século XIX a partir de novos modos de governar o território, o historiador espanhol Juan Pro Ruiz observa que tão logo a divisão provincial da Espanha foi aprovada, em 1833, era imperativo que o novo aparelho estatal administrativo dispusesse de mapas que lhe permitisse o conhecimento do território. (RUIZ, 2007, p. 183-185). Era necessário criar uma cartografia de Estado e foi nesse contexto que, delegou-se ao chefe político – posto equivalente ao de presidente da província no Brasil pós-Independência – a responsabilidade de levantar o mapa de sua própria província. Para tal fim, fundou-se em 1835 a Escola de Engenheiros Geógrafos com o objetivo de levantar um mapa topográfico nacional conforme proposto pelo diretor nomeado para essa Escola, Domingos Fontán. (RUIZ, 2007, p. 189).

No caso de São Paulo, foi somente a partir da conquista da relativa autonomia tributária que o então recém-constituído governo provincial teve a possibilidade de tocar uma política econômica orientada para o desenvolvimento material da província, de modo que a necessidade de investir no crescimento da agricultura de exportação pode se materializar na forma do reinvestimento dos recursos arrecadados em estradas que ligassem o interior da província ao porto de Santos, com o claro objetivo de escoar a significativa produção açucareira das vilas do interior.

Assim, da mesma forma que na cartografia de Estado espanhola, tal como descrito por Pro Ruiz, tornava-se extremamente necessário à elite governante de São Paulo o conhecimento detalhado de sua província, especialmente quanto à sua capacidade tributária, para que, desta forma, fosse possível planejar os investimentos e, desta maneira, exercer os novos poderes com a relativa autonomia que acabavam de receber Governo central.

Não por acaso, além da lei que encomendou a confecção da estatística e do mapa provincial, a Assembleia também aprovou no mesmo ano outras duas leis muito relevantes neste contexto: a lei nº 10, que criava na capital o Gabinete Topográfico; e a lei nº 11, que determinava a criação de barreiras em todas as estradas já existentes ou que se abrissem a partir da promulgação da lei. Como se sabe, as barreiras estabeleciam taxas cujo valor seria revertido à manutenção ou melhoria das mesmas estradas.

Desta maneira, não cabe exagero afirmar que além das necessidades práticas para resolver problemas específicos na construção e manutenção de estradas e pontes no interior da província, havia também motivações políticas, administrativas e econômicas por trás da encomenda deste mapa. Nesse sentido, a decisão de se fazer um mapa impresso, e não manuscrito, também passa pela necessidade de se disponibilizar várias cópias às diferentes secretarias e órgãos administrativos da província.

## 5. O DESENHO DO MAPA POR DANIEL PEDRO MÜLLER

Depois que a Assembleia Legislativa da Província de São Paulo encomendou, em 1835, juntamente com a estatística provincial, uma carta corográfica da Província de São Paulo, foram necessários dois anos para que Daniel Pedro Müller concluísse o desenho dessa carta. Contudo, embora tivesse concluído o trabalho em 1837, por questões que serão discutidas mais adiante, o mesmo ainda não pode ser impresso, o que acabou atrasando a publicação da estatística que, a essa altura, também já havia sido concluída.

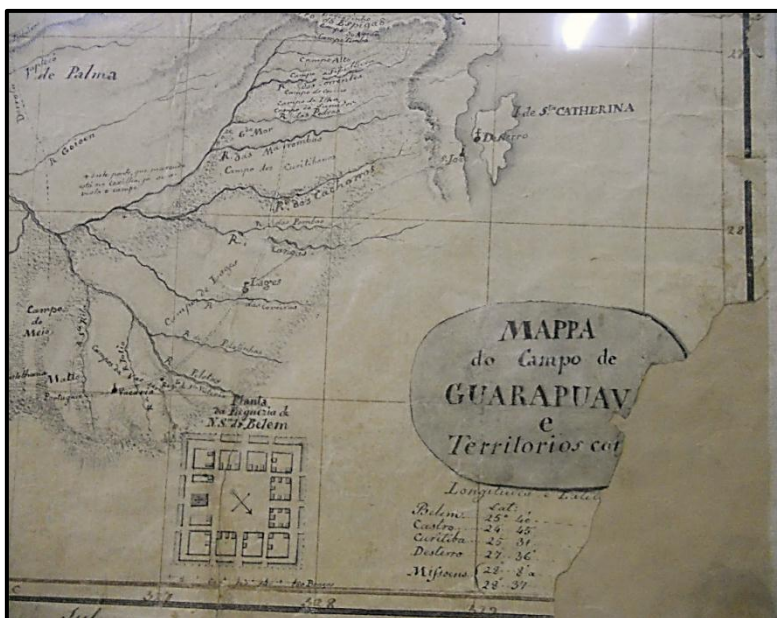
Procurando jogar um pouco de luz sobre como se deu a elaboração do desenho desta carta, buscou-se por trabalhos que dessem notícias quanto às diferentes fontes utilizadas por Müller na confecção de sua carta, bem como considerações de estudiosos da cartografia quanto à acurácia e qualidade do trabalho realizado por Müller.

Como se sabe, a preparação de uma carta como a de Müller exige, não apenas conhecimento técnico específico, mas também uma boa experiência e uma vasta quantidade de informações sobre o território vindas de diversas fontes. Na produção de mapas, era bastante comum que os cartógrafos partissem de uma ou algumas boas cartas já existentes e seguissem complementando ou corrigindo o que não estivesse de acordo com novas informações obtidas em campo que eram enviadas ao cartógrafo. Este parece ter sido o caminho escolhido pelo marechal para a confecção de seu mapa e, talvez por isso mesmo, o próprio Müller refira-se a si mesmo como *compositor* do *Mappa*



*Chorographico da Provincia de São Paulo* na dedicatória que escreveu a Bernardo José Pinto Gavião Peixoto no cartucho de sua carta, onde se lê: “com reconhecimento de amizade do compositor [sic]”. (Ver Figura 1).

Segundo Affonso d’Escragnolle Taunay, Müller tinha recolhido uma grande quantidade de notas pessoais e conhecia todas as expedições e repertório cartográfico existente até 1837, como as de Antônio Rodrigues Montezinho, João da Costa Ferreira, Rufino José Felizardo e Costa, Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e José Joaquim de Abreu. (TAUNAY. 1922, p. 7). Além disso, quando esta carta foi composta, Müller já tinha boa experiência no desenho cartográfico, pois àquela altura já fora designado a levantar uma carta para a comarca de Curitiba e Campos de Guarapuava, em 1815, e também uma carta geográfica e estatística da capitania de São Paulo, “a imitação do de Mr. Le Sage”, também naquele mesmo ano de 1815. (CHICHORRO, 1873, p. 208).



**Figura 3:** Detalhe do *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor[...]*, por Daniel Pedro Müller [c.1815].  
Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Assim, dada a experiência e a quantidade de informações que Müller havia conseguido reunir sobre a província de São Paulo nos anos em que ali permaneceu, é possível compreender por que a Assembleia Provincial encomendou justamente a ele a confecção do mapa provincial. A esta altura, João da Costa Ferreira há muito já havia falecido (1822). Certamente, em 1835, Müller era o engenheiro militar mais experiente e preparado disponível na província de São Paulo para a execução daquela tarefa.

Quanto a acurácia do mapa desenhado por Müller, é também Taunay a fonte que melhor tratou o assunto. Segundo o antigo diretor do Museu Paulista, o perfil da costa desenhado por Müller, “*tem muita cousa perfeitamente exacta, e muitas latitudes nelle marcadas correspondem aos pontos certos*”. Contudo, Taunay também reconhece muitas lacunas no mapa, tal como a confluência dos rios Grande e Paraíba, que foram equivocadamente situadas e chama atenção para a descrição do interior das terras, que é onde se encontram os maiores equívocos da carta. Segundo Taunay: “*não existe curso de rio que corresponda à realidade de sua posição*”. (TAUNAY, 1922, p. 7). Além disso, também é destacada a escassez de informações geográficas sobre o interior da província, que aparece representado no mapa em uma grande área identificada com a legenda “*Sertão Desconhecido*”.



**Figura 4:** Detalhe da representação do oeste paulista no *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*.  
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Ao contrário do que alguns trabalhos afirmam (CAVENAGHI, 2004, pp. 80-81), embora o termo “*Sertão Desconhecido*” apareça com grande destaque no mapa de Müller, tal expressão não foi introduzida ou sequer criada por ele. Esse termo já era utilizado em mapas anteriores, como por exemplo, verificou-se em uma carta manuscrita intitulada *Mappa da Capitania de São Paulo*, copiado pelo Barão de Eschwege do original do tenente coronel de engenheiros João da Costa Ferreira, datado de 1811 (ESCHWEGE, 1817, 1 mapa, ms).

Para se compreender melhor a razão que levava cartógrafos a denominarem grandes áreas de seus mapas com a legenda “*Sertão Desconhecido*”, é necessário entender a dinâmica de ocupação do território brasileiro e sua representação nos mapas manuscritos durante o período colonial, uma vez que tal lógica e prática foi mantida mesmo após a independência do país.

Em livro intitulado *Território e História do Brasil*, Antônio Carlos Robert Moraes faz uma breve caracterização geográfica da colônia para, em seguida, definir a categoria “*fundos territoriais*” como uma das unidades formadoras do território colonial. Segundo Moraes, o processo de colonização avança a partir de “*zonas de difusão*”, isto é, núcleos de assentamento original que funcionam como base para os movimentos expansivos posteriores. De modo que, a consolidação desses núcleos em uma rede, com o estabelecimento de um povoamento contínuo de seus entornos e a definição de caminhos regulares entre eles cria o que denominou de “*região colonial*”. (MORAES, 2005, p. 69). Além desses conjuntos regionais, o autor ainda destaca que o território colonial também é composto por *áreas de trânsito* sem ocupação perene, *lugares recém-ocupados* sem colonização consolidada e, por fim, dos *fundos territoriais*. Estes últimos seriam constituídos por:

*“(…) áreas ainda não devassadas pelo colonizador, de conhecimento incerto e, muitas vezes, apenas genericamente assinaladas na cartografia da época. Trata-se dos ‘sertões’, das ‘fronteiras’, dos lugares ainda sob domínio da natureza ou dos ‘naturais’. Na ótica da colonização, são os estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão da colônia”.* (MORAES, 2005, p. 69).

Embora ao definir a categoria “*fundos territoriais*” Moraes esteja referindo-se ao processo de ocupação do espaço colonial, entende-se que, mesmo após os processos de independência das colônias americanas, é possível pensar a ocupação do interior dos novos Estados nacionais a partir daquela antiga dinâmica, inclusive através dos mesmos conjuntos regionais formadores do território, agora não mais colonial, mas sim, nacional.

Ilmar Rohloff de Mattos chama atenção para o fato de os construtores do Estado imperial, herdeiros de um vasto território unificado e contíguo, terem introduzido uma nova concepção de Império que se distinguiu da anterior por estar referida a um Estado-nação. “*Nesta outra concepção, na qual um Império = um Estado = uma Nação, o território recebia uma nova significação, ele era imaginado, agora, como um território nacional*”. (MATTOS, 2007, pp. 589-608). Esta operação de transmutação de território colonial para território nacional por parte dos construtores do Estado imperial, levou Mattos a concluir que o novo Império do Brasil deveria conformar-se ao território que herdara o que, por sua vez, pressupunha uma expansão diferente. “*Uma expansão para dentro, em direção aos brasileiros – o conteúdo de um vasto continente, o território nacional do Império do Brasil*”.

Assim, se no período colonial a metrópole era o núcleo irradiador – mas não o único – de um dinamismo que impulsionava o avanço do movimento colonizador (REIS FILHO, 1968, pp. 66-77; MORAES, 2005, p. 63-73; BELLOTTO, 2007, pp. 147-172; BUENO, 2009, pp. 251-294), depois da independência é o próprio Estado nacional, recém-nascido, quem se responsabilizará por dar o impulso que levará à ocupação dos vastos sertões. No Império do Brasil, delegou-se a cada Província o planejamento e ocupação do interior de seus respectivos territórios, bem como a garantia de suas divisas com as Províncias vizinhas e a construção de estradas interprovinciais que integrassem a região. Por sua vez, diante de vastos espaços a ocupar e colonizar, as Províncias utilizaram-se de uma dinâmica similar à do período colonial, na qual novos povoamentos surgiam a partir de um núcleo anterior e, posteriormente, iam se consolidando em uma rede através do estabelecimento de outros povoamentos em seus entornos e a comunicação entre si por meio de caminhos regulares, tal como descrito nos já referidos trabalhos de Moraes e Bueno.

Portanto, ao se construir sobre as estruturas econômicas, políticas e culturais herdadas do período colonial, o Estado nacional surgido após o processo de independência passou a regulamentar ele mesmo a ocupação do seu território a partir de práticas utilizadas no período colonial, de tal modo que, num contexto político marcado pela relativa autonomia que as províncias passaram a gozar a partir do Ato Adicional de 1834, os grupos governantes locais, da mesma forma como faziam os antigos agentes da Coroa portuguesa – e muitas vezes fazendo uso desses mesmos agentes, como no caso de Müller – seguem olhando para o vasto território herdado do período colonial como “*estoques de espaços de apropriação futura, os lugares de realização da possibilidade de expansão*” (MORAES, 2005, p. 69), agora não mais da colônia para sua metrópole, mas sim de uma Província para o Império do Brasil.

## 6. A IMPRESSÃO DO MAPA EM PARIS

Sobre este tema, um ofício bastante revelador foi encontrado no Arquivo Público do Estado, datado de 24 de agosto de 1837, no qual o então secretário da Assembleia, tenente coronel Joaquim Floriano de Toledo, acusa o

recebimento de ofício enviado por Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, então presidente da província, encarregando-o de litografar o mapa que Müller havia acabado de concluir. Porém, Toledo o informa que não estava conseguindo litografar o mapa no Rio de Janeiro, por causa do tamanho deste, das condições climáticas do país e do custo de se litografar um mapa nestas condições:

*“(…) nem o Governo tem conseguido fazer lytografar um mappa (...) na officina, q por sua conta tem estabelecido, e uma particular que existe apenas senão para caricaturas, e q por conseguinte impossível he lytografar um mappa em parte tão grande, como o do q se trata. Consultando por pessoas entendidas, ellas me dizem que quando fosse mesmo possível este arranjo em diferentes pedras, que se reunissem, se poderia tirar somente 34 exemplares com o risco de apparecer no meio do trabalho algumas manchas, ficando por isso perdido o trabalho, e a despesa, o q hé muito fácil e mesmo tem acontecido, em rasão do grande calor e humidade do Pais, devendo de mais montar em grande soma a despesa. Ainda acresce que não se poderia jamais tirar hua duplicação”. (APESP, “Ofícios”, caixa 79, pasta 2, documento 67).*

Importante observar, portanto, que a ideia original do governo provincial era litografar o mapa preparado por Müller, e não imprimi-lo. Contudo, essa técnica não era recomendada em função do tamanho do mapa, da exígua quantidade de cópias que se poderia obter através desta técnica, da impossibilidade de duplicação uma vez concluída a operação e, em função das condições climáticas do país, da pobreza da qualidade final que resultaria o trabalho se, mesmo assim, se tentasse obter os mapas por este meio.

Ainda neste mesmo ofício, Toledo revela como foi aconselhado para que se obtivesse o mapa, justificando as vantagens de mandá-lo imprimir na França:

*“(…) Julgam por tanto de mais vantagem reduzir-se o Mappa a três palmos de comprimento, e dois e meio de largura, e então abrir-se hua chapa de cobre para tirar por meio delas quantas porções a quizerem, sendo a chapa conduzida para a Provincia, pois q ainda quando houvesse chapa do tamanho actual do Mappa, q não há nesta corte, viria a importar somente a abertura em 1600\$, e em França, attenta a baratesa da mão de obra em 1200\$. Preferem este expediente até por que havendo grandes espaços em claro no Mappa correspondentes aos lugares e sertoes desconhecidos, parece mais conveniente abrir-se a chapa de cobre por que a todo tempo se pode emendar os erros, ou fazer acrescentamentos a proporção das descobertas de explorações que se realizarem n’esses lugares”. (APESP, “Ofícios”, caixa 79, pasta 2, documento 67).*

O ofício acima é bastante importante para a biografia do mapa, pois além de revelar os preços pagos para a impressão do mapa, informa que o seu desenho teve que ter as dimensões originais reduzidas e, mais ainda, por que razão o mapa foi enviado a França, isto é, por não haver chapa no tamanho atual do mapa no Rio de Janeiro, além de ser mais barato prepará-la na França, uma vez que a mão de obra para este serviço em Paris era bem mais barata do que na Corte.

Outro aspecto importante a ser ressaltado deste documento, é a explicação que se dá pela preferência em se abrir uma chapa de cobre em lugar da litografia. Segundo o ofício, a abertura da chapa de cobre seria a técnica mais indicada para a impressão do mapa, pois esta permite que correções e acréscimos sejam feitos posteriormente conforme as expedições e colonizações do interior da província forem sendo realizadas. Tal operação é ainda mais facilitada pelo fato de o mapa contar com grandes espaços em branco nos assim chamados *sertões desconhecidos*.

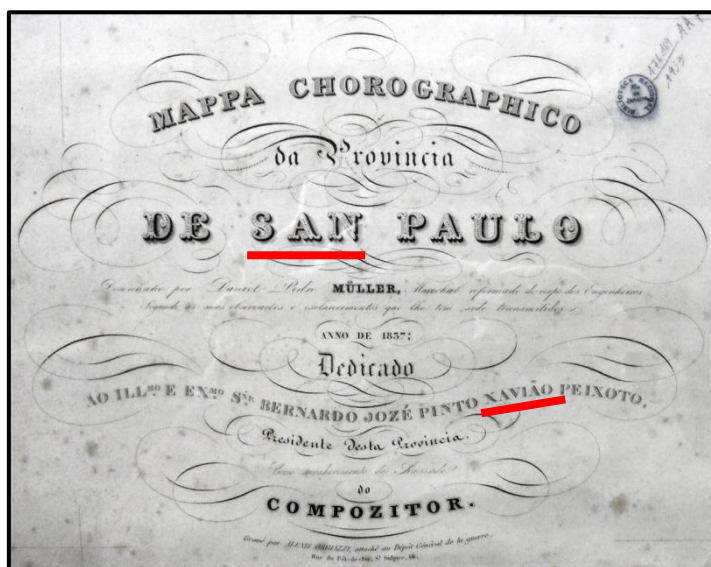
Três anos mais tarde, em 1840, como ainda não haviam retornado os mapas impressos da França, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto enviou um ofício a Manuel Machado Nunes, então presidente da Província, prestando contas de suas atividades para a impressão do mapa:

*“(…) sobre a encommenda do Mappa Corografico desta Provincia , cumpre-me participar a V. Exa. que em 20 de Março de 1837 tendo dedicado me o Sñr marechal Daniel Pedro Muller para a commemoração de nossa antiga amizade, o Mappa referido e considerando enquanto era interessante na tal requisição para a Provincia recommendei ao Sñr. tenente coronel Toledo, que se achava no Rio de Janeiro, para o fazer lytografar ou naquela Corte, ou em França, cujo conseguimento foi paralisado pelos motivos mencionados nas ditas declarações ás quais inteiramente me refiro. (...) Finalmente tomei sobre mim não só a remessa do Mappa novamente para a França afim de ser gravado em chapa de cobre, mas também o acréscimo da despesa ali, visto ter-se conhecido que a quantia de 600\$00 consignada pela Fazenda Provincial era insufficiente, esperando ter a satisfação de entregar ao Governo oitenta ou cem exemplares do Mappa, justamente com a respectiva chapa para extrahirem-se as mais que convier (...)”. (APESP, “Ofícios”, caixa 85, pasta 3, documento 10).*

Datado de 25 de junho de 1840, o ofício revela a data exata em que Daniel Pedro Müller concluiu seu desenho, 20 de março de 1837. Mais que isso, informa o valor designado pela assembleia legislativa para o pagamento de sua impressão, 600\$000, valor este insuficiente para a contratação do serviço, uma vez que o presidente teve que complementar, ele mesmo, o dito valor para dar conta da impressão do mapa. Por fim, também fica conhecida a quantidade aproximada de cópias que seriam entregues a assembleia assim que os mapas retornassem da França, de 80 a 100 cópias do mapa, juntamente com a chapa de cobre.

Ainda sobre a impressão do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, uma peculiaridade observada nas cópias do mapa disponíveis nos diferentes acervos pesquisados para este trabalho, sugere que a chapa de cobre tenha passado por uma correção no Brasil logo após ter chegado de Paris.

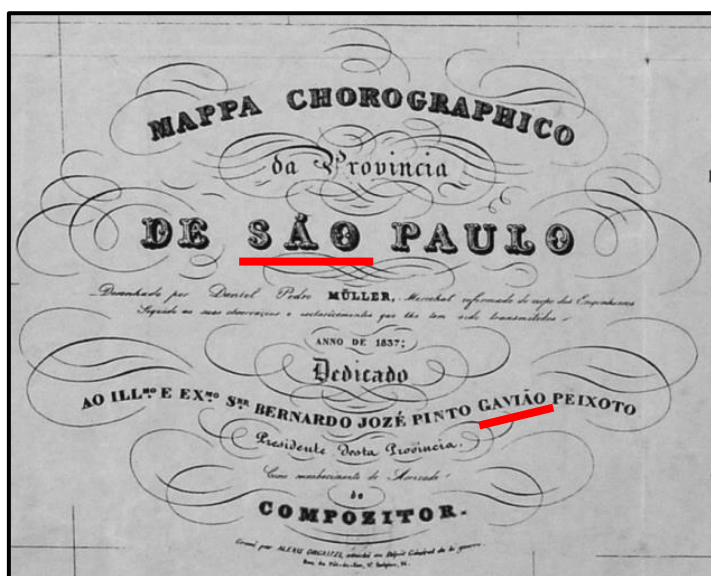
Em seu acervo cartográfico, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro possui três cópias do mapa desenhado por Müller. Nelas observa-se que o cartucho do mapa possui a seguinte configuração:



**Figura 3:** Detalhe do cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de San Paulo*, de Daniel Pedro Müller.  
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional.

Observe que no título desta cópia do mapa a província foi nomeada como SAN PAULO e, em sua dedicatória, o nome do então presidente da província foi grafado como JOZÉ PINTO XAVIÃO PEIXOTO.

Já observando os cartuchos dos mapas localizados nos acervos do Arquivo do Estado de São Paulo e da Huntington Library, nos Estados Unidos, verificou-se a seguinte configuração:



**Figura 4:** Detalhe do cartucho do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller.  
Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Como se pode observar, as mesmas informações destacadas anteriormente aparecem grafadas de maneira distinta, respectivamente como SÃO PAULO e GAVIÃO.

A constatação de tais diferenças sugere que a placa de cobre original, vinda de Paris juntamente com as cem cópias do mapa, passou por uma correção ortográfica já no Brasil, uma vez que tanto o nome da província como o de seu presidente, a quem o mapa foi dedicado, foram grafados equivocadamente pelo gravador francês. Com isso, entende-se que seja possível afirmar que, além das cem cópias impressas na França, o *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller, teve um novo número de cópias impressas, provavelmente no Brasil, a partir da matriz antiga, mas com as informações do cartucho já corrigidas. Infelizmente, não foi possível localizar documento algum que fizesse referência, quer à correção do mapa, quer a esta reimpressão, o que impossibilita saber exatamente local, data e número de cópias da nova impressão. Além disso, não se pode precisar a quantidade de cópias do mapa colocadas em circulação. Sabe-se apenas que são mais de cem.

## 7. APRESENTAÇÃO DO MAPA AOS DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA PROVINCIAL

Um ofício datado dos primeiros dias de 1842, quase cinco anos após Müller ter concluído o desenho de seu mapa, e sete após o mesmo ter sido encomendado pela Assembleia Provincial, revela que o então presidente da província solicitava ao secretário da Assembleia que finalmente se apresentasse aos deputados o mapa feito pelo marechal Müller:

*“De ordem do Exmo. Sñr. presidente da Provincia tenho a honra de passar ás mãos de V. S., para que se digne apresentar á Assembléa Legislativa Provincial um exemplar do Mappa Chorographico d’esta Provincia, desenhado pelo fallecido marechal Daniel Pedro Muller, e mandado gravar em Paris pelo Governo da Provincia. Vierão cem exemplares acompanhados da chapa em que foi aberto o mappa, e muitas pessoas tem querido comprar, mas sua Exa. não tem querido mandar vender, sem que a Assembléa tenha resolvido sobre o destino que devem ter ; por isso, V. S. terá a bondade de communicar me qualquer resolução que a mesma Assembléa tomar a respeito para conhecimento e direção do Governo”. (AH-ALESP. “Ofícios”, caixa 396, número EE42.022).*

O ofício confirma a informação passada previamente por Gavião Peixoto ao presidente da província em 1840, de que viriam da França, além da chapa de cobre, de 80 a 100 cópias do mapa. Além disso, destaca-se que, quando finalmente foi apresentado aos deputados, o autor do mapa, Daniel Pedro Müller, já havia falecido.

Logo após ter sido apresentado aos deputados, os parlamentares tiveram que decidir, tal como solicitava o presidente da província, qual o destino a ser dado às cópias que haviam acabado de chegar da França. Assim, um parecer da assembleia provincial, datado de 03 de março de 1843, informa que:

*“As comissões reunidas de Fazenda e Estatística, tendo em consideração o ofício do governo, acompanhando um exemplar do mappa chorographico desta Provincia desenhado pelo falecido marechal Müller, mandado gravar em Paris, declarando o mesmo governo que vierão cem exemplares, bem assim a chapa em q forão abertos, q muitas pessoas as tem querido comprar, porém que não se julgando para isso habilitado pede portanto a essa Assembléa que delibere a este respeito o que mais convier. São por isso algumas comissões do parecer - que tirados tantos exemplares qto sejam necessários para ficar com 2 na secretaria do mesmo governo, 1 na secretaria do thesouro provincial, 3 na secretaria desta Assembléa, mais 7 para serem remetidos aos juises de direito das sette comarcas. [ilegível] os demais [ilegível] fazer vender, por preço razoável, qtos possão restar”. (AH-ALESP, “Pareceres”, caixa 396, número EE43.014).*

Portanto, os deputados da Assembleia distribuíram alguns exemplares do mapa entre as Secretarias e Comarcas. Embora esta parte do parecer seja de difícil leitura por causa das rasuras do documento, identificou-se que foi autorizada a venda, *“por preço razoável”*, dos mapas que restassem após a distribuição indicada pela Assembleia. Infelizmente, o parecer não informa quanto seria o preço razoável ou a quem se poderia vender essas cópias.

Embora tivessem sido encomendados juntos, pela lei nº. 16 de 11 de abril de 1835, verificou-se que entre a impressão da estatística, em 1838, e a do mapa, em 1841, houve uma diferença de pouco mais de três anos. Normalmente encarados como peças complementares por intelectuais e políticos da época, o fato desta carta não ter sido impressa junto com a estatística com a qual foi encomendada, acabou determinando com que ambos viessem a ter “vidas próprias” após suas respectivas impressões, não só circulando separadamente por órgãos administrativos, coleções e bibliotecas, mas também sendo frequentemente tratados e analisados por pesquisadores como peças separadas, sem nenhuma conexão uma com a outra a não ser a autoria de Daniel Pedro Müller.

A análise separada desses objetos diminuiu a importância do contexto político que envolve a produção de ambos, especialmente quando se leva em conta apenas a data de impressão de estatística e mapa separadamente, e não a data da encomenda, meses após a abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1835. Como se buscou demonstrar,

esses artefatos devem ser considerados produtos de uma sociedade marcada politicamente pela conquista de uma relativa autonomia administrativa e tributária, ambos com fim de aumentar o conhecimento que a elite política tinha da província que passariam a administrar a partir das novas condições determinadas pelo Ato Adicional, de 1834.

## 8. CIRCULAÇÃO

Logo após a distribuição do mapa tal como os deputados da assembleia provincial haviam decidido em 1843, encontrou-se pouca informação referente à circulação do mesmo, quer entre os órgãos administrativos provinciais, quer em coleções e bibliotecas ao redor do Brasil e também no exterior.

No entanto, foi possível identificar que das primeiras cópias do mapa de Müller a circular, antes mesmo de ele ter sido apresentado aos deputados paulistas, foi uma oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pelo então presidente da província de São Paulo, Miguel de Sousa Mello e Alvim. De acordo com este officio, datado de 05 de outubro de 1841, e destinado ao secretário perpétuo do IHGB, Cônego Januário da Cunha Barbosa (1780-1846):

*“Chegando a pouco de Pariz, um mappa chorographico desta provincia desenhado pelo falecido marechal Daniel Pedro Müller, e mandado gravar por um de meus antecessores, e considerando-a eu o mais exacto dos que até o presente se tem feito, lembrei-me que seria agradável ao Instituto Historico e Geografico Brasileiro, do qual me honro de ser membro, possuir um exemplar do referido mappa, e em consequência resolvi enviar a V. S.<sup>a</sup> para fazer presente ao Instituto o exemplar que a este acompanha em uma lata feixada e lacrada”. (BNRJ, “Manuscritos”, Coleção José Carlos Rodrigues, I-3, 11, 27).*

Vale lembrar que o cônego Januário da Cunha Barbosa, a partir de novembro de 1839, acumulou sua função de secretário perpétuo do IHGB, com a de bibliotecário da Biblioteca Pública da Corte, que anos mais tarde passou a se chamar Biblioteca Nacional. Tal fato talvez explique a razão pela qual atualmente o acervo do IHGB não disponha desta cópia, que lhe foi oferecida ainda em 1841, enquanto a Biblioteca Nacional tenha em seu acervo cartográfico três cópias disponíveis para consulta.

Além da cópia oferecida ao IHGB, também foi possível identificar outro exemplar que pertenceu a Antônio Moreira de Barros (1841-1896), ex-ministro das relações exteriores do Império do Brasil entre os anos de 1879-1880. Décadas após a impressão do mapa, Barros presenteou o exemplar que dispunha em sua coleção pessoal a ninguém menos que Sir Richard Francis Burton, para que este pudesse realizar melhor sua viagem ao interior da província paulista. Atualmente, esta cópia foi localizada na coleção de obras raras da *Biblioteca Huntington*, nos Estados Unidos, na qual consta no verso uma dedicatória de Moreira de Barros a Burton, que informa a data exata em que o mapa foi apresentado a este último: 14 de fevereiro de 1866. (MÜLLER, 1841, 1 mapa: 105 x 157 cm).

Este exemplar do mapa de Müller é único, pois está repleto de anotações pessoais do próprio punho de Sir Richard Francis Burton, incluindo uma série de correções de cursos e nomes de rios, acréscimos de fazendas, taperas e povoados, além da atualização de nomes e posições de estradas pelas quais o viajante passava, verificando no mapa, e apontando as correções diretamente no mapa conforme ia avançando em sua viagem pelos sertões de São Paulo. Abaixo destaca-se um trecho deste exemplar bastante especial do mapa de Müller, no qual se pode observar claramente as anotações de Richard Burton, em especial, as correções de cursos de rios.



**Figura 5:** Detalhe do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo* com anotações de Sir Richard Francis Burton.  
Fonte: Huntington Library.



Além das cópias mencionadas, o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, coligido por Ramiz Galvão em 1881, traz uma referência de que o mapa de Daniel Pedro Müller foi exibido nessa exposição. Ali, na seção intitulada *Chartas geographicas, hydrographicas e topographicas*, o mapa aparece referido da seguinte maneira:

“19460 – *Mappa chorographico da provincia de São Paulo des. por Daniel Pedro Müller, ... segundo as suas observações e esclarecimentos que lhe tem sido transmittidos. Anno de 1837 & Grave par Alexis Orgiazzi (sic) & Exp. Barão Homem de Mello*”. (GALVÃO, 1981, p. 1634).

No ano de 1900, no quinto volume da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, há uma sessão que dá conta do catálogo de livros impressos, manuscritos, mapas e jornais recebidos pelo dito Instituto durante o ano de 1900. Nessa relação, foi encontrada uma referência ao “*Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo, pelo marechal Daniel Pedro Müller – 1837*”. (REVISTA do IHGSP, 1901, p. 388). Atualmente esta cópia encontra-se disponível no acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo, uma vez que nesta cópia pode se verificar um carimbo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

É interessante observar que em 1922, portanto, oitenta anos após o mapa ter sido impresso, Affonso d’Escragnole Taunay publica o mapa de Müller em sua já mencionada *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*. Nela, Taunay informa que àquela altura, o *Mappa Chorographico...* já se tratava de “uma carta rara”, tendo o Museu Paulista obtido uma cópia através de permuta com a Biblioteca Nacional. (TAUNAY, 1922, p. 7).

Ao se pesquisar os *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, verificou-se que no ano de 1920 aparece registrada a permuta entre a Biblioteca Nacional e o Museu Paulista, tal como informara Taunay, tendo esta última instituição recebido uma cópia do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, em troca de um códice contendo o “*Registro de Requerimentos, nomeações e diversos papéis desde 15 de novembro de 1776 até 9 de julho de 1783 pertencentes à Companhia de Comércio e Navegação de Pernambuco e Parahyba*”. (BNRJ, 1925, p. 315-316). Seguramente esta é a cópia que se encontra atualmente no acervo do Museu Paulista.

Portanto, além da réplica em fac-símile do mapa, encartado na *Collectanea* organizada por Taunay, localizou-se algumas instituições que ainda mantêm exemplares do mapa original em seus acervos. Em São Paulo, identificou-se uma cópia no *Arquivo Público do Estado de São Paulo* e outra no *Museu Paulista da Universidade de São Paulo*. Já no Rio de Janeiro, foram identificadas três cópias, todas disponíveis no acervo cartográfico da *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Fora do Brasil, localizou-se uma cópia do mapa na coleção de obras raras da *Biblioteca Huntington*, sediada na cidade de San Marino, Califórnia, Estados Unidos da América.

Desta forma, conclui-se a biografia do *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*, de Daniel Pedro Müller. Tendo partido da análise do próprio mapa em si, em conjunto com informações providas da pesquisa de outras fontes documentais, reconstituiu-se toda trajetória desta carta, desde o momento em que foi encomendada, passando por detalhes de sua produção, impressão e distribuição, culminando com alguns destaques de sua circulação.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se no decorrer do século XVIII a cartografia produzida sobre a capitania de São Paulo é profundamente marcada pelo interesse político da Coroa portuguesa em garantir sua posse territorial em relação às colônias espanholas localizadas, principalmente, na região do Rio da Prata – à época, fronteira com São Paulo – a reconstituição do processo de produção do mapa de Müller demonstrou que as alterações no contexto político do Brasil e de São Paulo, especialmente após a Independência do país, determinaram algumas mudanças nos desígnios da produção cartográfica da região.

Concluído em 1837, período em que o Brasil vivia relativa paz com as novas repúblicas surgidas após os processos de Independência da América espanhola, a questão da posse do território em relação a essas últimas não estava colocada naquele momento (ao menos em relação a São Paulo). Assim, o principal objetivo da elite política que assumia novos poderes através da recém-instituída Assembleia Legislativa Provincial, era conhecer a província para melhor administrá-la segundo seus interesses. Não por acaso, tão logo passou a funcionar, em 1835, a Assembleia encomendou a produção de uma estatística e mapa provincial, além de ordenar a criação do Gabinete Topográfico, repartição pública com uma escola de engenheiros construtores de estradas anexo a ela.

Através desses instrumentos, os dirigentes paulistas passaram, então, a ter informação mais atualizada para o planejamento e administração provincial, tais como o número de habitantes que havia na província, o que e quanto se produzia nela, quais valores seriam arrecadados pelos novos impostos provinciais, qual o tamanho de sua força coercitiva, o estado da infraestrutura viária e, até mesmo, os limites conhecidos e disputados da província com relação às vizinhas Minas Gerais e Rio de Janeiro, ou os limites ditos “*desconhecidos*”, na região noroeste do mapa que recebeu a famosa legenda “*Sertão Desconhecido*”.

Desse modo, no desenho do mapa, mais além do que apontar a localização de vilas e povoados nas regiões de fronteira e registrar a localização dos fortes na costa e no interior da capitania, preocupações recorrentes das cartas produzidas no período colonial, esse trabalho buscou apontar diversos detalhes presentes no mapa de Müller que revelam uma grande preocupação dessa elite política com a ocupação do território, seu contingente populacional, o



desenvolvimento da infraestrutura viária e comunicação com o porto de Santos, a produção agrícola do interior e a capacidade de expansão da ocupação do território no sentido oeste.

Portanto, não cabe exagero afirmar que tanto a estatística e carta desenhada por Müller, quanto o Gabinete Topográfico, serviram às elites paulista como instrumentos de governo que permitiram a consolidação de um projeto de autonomização e afirmação dos interesses da economia açucareira e da crescente lavoura cafeeira, a partir de 1835.



**Figura 8:** *Mapa Chorográfico da Província de São Paulo.*

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à FAPESP pelo apoio financeiro, sem o qual a dedicação exclusiva necessária para a realização da pesquisa e seus resultados jamais teriam sido possíveis; e também à Prof<sup>a</sup>. Iris Kantor, pelos anos de amizade e pela paciente orientação da dissertação de mestrado, da qual este trabalho é fruto.

## FONTES MANUSCRITAS

ACERVO Histórico da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Série: Legislação, Ofícios e Pareceres.

ARQUIVO do Estado de São Paulo. Fundo: Segov – Série: Ofícios Diversos.

ARQUIVO Histórico Militar de Lisboa. *Processo do ex-aluno da Escola do Exército, Daniel Pedro Müller.* Maço nº 1, processo 58.

ARQUIVO Histórico Militar de Lisboa. Cx. 693, D-1-6-38, D1-7-45-48, D1-7-9-5.

BIBLIOTECA Nacional do Rio de Janeiro. “*Manuscritos*”, Coleção José Carlos Rodrigues.

## FONTES IMPRESSAS

CHICHORRO, Manoel da Cunha de Azeredo Sousa. *Memoria em que se mostra o estado economico, militar e politico da capitania geral de S. Paulo, quando do seu governo tomou posse a 8 de dezembro de 1814* o Ilm.

eExm. Sr. D. Francisco de Assis Mascarenhas, conde de Palma do Conselho de S. A. Real e do de sua real fazenda. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Etnographico do Brasil*, t. 36, parte 1, 1873, pp. 197-267.

EGAS, Eugenio; MELLO, Oscar Motta (orgs.). *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1835-1836*. São Paulo: Secção de Obras d' "O Estado de S.Paulo", 1926.

EGAS, Eugenio. *Annaes da Assembléa Legislativa Provincial de São Paulo 1838-1839*. São Paulo: Typografia Piratininga, 1923.

\_\_\_\_\_. *Galeria dos Presidentes de São Paulo: período monarchico 1822-1889*. São Paulo: Secção de obras d' "O Estado de S.Paulo", v.1, 1926.

MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciales de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. Reedição litteral. São Paulo: secção de obras d' "O Estado de S.Paulo", 1923.

MUSEU PAULISTA. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'Escragnolle Taunay)*. São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

NECROLOGIA do Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, p. 2, 30 ago. 1841.

## MAPAS IMPRESSOS

MÜLLER, Daniel Pedro. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgaizzi, [1841]. 1 mapa: 148 x 140 cm. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *Mappa Chorographico da Provincia de San Paulo*. Paris: Alexis Orgaizzi, [1841]. 1 mapa: 104 x 76 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo*. Paris: Alexis Orgiazzi, [1841]. 1 mapa: 105 x 157 cm. Huntington Rare Books, Sir Richard Francis Burton Map Collection.

## MAPAS MANUSCRITOS

MULLER, Daniel Pedro. *Mappa do Campo de Guarapuav[a] e Territórios cor[...]*. [c. 1815]. 1 mapa, ms: 42,5 x 49 cm. Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

ESCHWEGE, Guilherme. *Mappa da Capitania de São Paulo ligeiramente copiado do original feito pelo Coronel Engenheiro Snr. João da Costa Ferreira em o anno de 1811, para o uso próprio do Tenente Coronel de Engº Guilherme, Barão de Eschwege*. 1817. 1 mapa, ms. Arquivo Público do Estado de São Paulo, São Paulo.

## OBRAS DE REFERÊNCIA

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

DANIEL Pedro Müller. In: *GRANDE Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1936-1960. vol. XVIII, p. 114.

GALVÃO, Ramiz (org.). *Catálogo da exposição de História do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981. Tomo III, p. 1634.

LAGO, Laurênio. *Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil: dados biográficos (1808-1831)*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1938.

OLIVEIRA, Céurio de. *Dicionário Cartográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, v. 2.

SANTOS, Cel. Horácio Madureira dos. Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra na parte não publicada pelo General Cláudio de Chaby. *Separata do Boletim do Arquivo Histórico Militar, V volume (Reinado de D. Maria I (2ª Parte: janeiro de 1794 a dezembro de 1806))*. Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1965, p. 548.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Antonio Barreto do. *O bairro de Pinheiros*. 3ª ed. São Paulo: Secretaria de Educação e Cultura, 1985. (História dos Bairros de São Paulo; 2).

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. 2ª edição revista. São Paulo: Alameda, 2007.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CAVENAGHI, Airton José. *Olhos do barão, boca do sertão: uma pequena história da fotografia e da cartografia no noroeste do território paulista (da segunda metade do século XIX ao início do século XX)*. São Paulo, 2004. 313 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

DOLHNIKOFF, Miriam. *Caminhos da conciliação: o poder provincial paulista (1835-1850)*. São Paulo, 1993. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. Sobre o Marechal de Campo Daniel Pedro Müller. In: *Revista do Instituto de Estudos Genealógicos*. São Paulo, ano 3, n. 5, pp. 28-31, jan./jun. 1939.

HARLEY, J. B. *Textos y contextos en la interpretación de los primeros mapas*. In: HARLEY, J. B. *La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografía*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005, pp.59-78.

MARQUES, Manuel Eufrázio de Azevedo. *Apontamentos Históricas, Geográficas, Biográficas, Estatísticas e Noticiosas da Província de São Paulo seguidos da Cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de São Vicente até o ano de 1876*. 2ª ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1954, v. 1, p. 212-213.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *Rumo a uma "História visual"*. In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornelia; NOVAES, Sylvia (Org.). *O imaginário e o poético nas ciências sociais*. Bauru, SP : EDUSC, 2005. p. 33-56.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)*. São Paulo: Pioneira, 1968.

*REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. Vol. V, 1899-1900. São Paulo: Typografia do "Diário Oficial", 1901, p. 388.

RUIZ, Juan Pro. *A concepção política do território e a construção do Estado espanhol: cartografia, cadastro e administração*. In: ALMEIDA, Pedro Tavares de; BRANCO, Rui Miguel C. *Burocracia, Estado e Território: Portugal e Espanha (séculos XIX e XX)*. Lisboa: Horizonte, 2007, pp. 183-202.

SANT'ANNA, Nuto. *O obelisco do Piques*. In: *Metrópole*. (Vol. 2) São Paulo: Departamento de Cultura, 1952, pp. 65-69.

SERQUEIRA, Thomaz José Pinto. *Elogio histórico dos membros do Instituto falecidos no terceiro anno social*. In: *Revista Trimensal de História e Geografia*, v. 3, t. 3, 1841, p. 542-543.

SYLLOS, Honório de. *Introdução*. In: MÜLLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da provincia de S.Paulo: ordenado pelas leis provinciaes de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

TAUNAY, Affonso d'Escragnole. *Mappa Corographico da Provincia de São Paulo*. In: MUSEU PAULISTA. *Collectanea de Mappas da Cartographia Paulista Antiga*. (Cartas de 1612 a 1837, acompanhadas de breves comentários por Affonso D'EscragnolleTaunay). São Paulo: Cia Melhoramentos de São Paulo, 1922.

\_\_\_\_\_. Um Patriarcha da Estatística no Brasil. *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Commercio*. Rio de Janeiro, anno II, n. 21, Mai. 1936, pp. 354-366.

TOLEDO, Benedito Lima de. *O real corpo de engenheiros na capitania de São Paulo*. São Paulo: João Fortes Engenharia, 1981.